



Especialização em  
**GESTÃO  
PÚBLICA  
MUNICIPAL**

**Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**  
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

# Gestão de patrimônio: Sua importância como fator de eficiência para a Gestão Pública Municipal do Recife.

Valmir Pereira da Silva

Recife  
2022

VALMIR PEREIRA DA SILVA

# Gestão de Patrimônio: Sua importância como fator de eficiência para a Gestão Pública Municipal do Recife.

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Me. Jackson Eduardo Gonçalves.

Recife  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586g

Silva, Valmir Pereira da  
Gestão de patrimônio: sua importância como fator de eficiência para a gestão pública municipal do Recife / Valmir Pereira da Silva. - 2022.  
30 f.

Orientador: Jackson Eduardo Gonçalves.  
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em Gestão Pública Municipal, Recife, 2022.

1. Controle de bens. 2. Gestão patrimonial. 3. Eficiência. I. Gonçalves, Jackson Eduardo, orient. II. Título

CDD 350

---

# FOLHA DE APROVAÇÃO

Valmir Pereira da Silva

## Gestão de patrimônio: Sua importância como fator de eficiência para a Gestão Pública Municipal do Recife.

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

**Aprovada em** \_\_ / \_\_ / \_\_ (data da apresentação)

**Banca Examinadora:**

---

**Nome do (a) orientador (a) (sigla da instituição)**  
Presidente e Orientador (a)

---

**Nome do (a) examinador (a) (sigla da instituição)**  
Examinador (a)

---

**Nome do (a) examinador (a) (sigla da instituição)**  
Examinador (a)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois Ele é o centro e o Senhor da minha vida, me ajudou a conquistar e vencer cada obstáculo nessa jornada até aqui alcançada. A minha esposa e meus filhos, pois sem a compreensão deles, ficaria difícil ter chegado até este momento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família que sempre esteve comigo nos momentos difíceis. Aos meus colegas de faculdade, devido ao apoio e compartilhamento de conhecimentos um com o outro.

Minha gratidão à instituição UFRPE pela oportunidade ao longo de minha trajetória acadêmica, que contribuíram decisivamente para minha formação. E a todos professores pelo apoio e atenção na caminhada até aqui.

Nos últimos tempos, temos visto um aumento da exigência da sociedade por uma melhor gestão de recursos públicos, em especial quanto à gestão do patrimônio público. Do outro lado, vemos na Administração Pública, pressionada pela promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), um interesse maior na gestão do patrimônio público, demonstrando à sociedade uma maior responsabilidade dos recursos cada vez mais escassos. Diante dessa postura, os órgãos e as entidades da Administração Pública vêm tratando do assunto com maior empenho. As ferramentas de planejamento têm auxiliado as Administrações Públicas nesta etapa de gestão patrimonial, estruturando a atividade em etapas. (DOS BARCELLOS et al., 2017, p. 30).

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo elucidar a importância da gestão de patrimônio para gestão pública municipal do Recife. Para tanto, foram realizadas pesquisas referentes ao conceito e sobre a importância da administração pública municipal, em que procurou-se relacionar com os tipos de controle aplicado, bem como, por meio de uma análise da gestão patrimonial como fator de eficiência. De modo que, foram pesquisados pontos importantes: como administrar os bens e sua preservação, um maior controle patrimonial e sua eficiência para a gestão pública. A revisão da literatura contemplou discussões acerca do fator de eficiência do controle de bens imobilizados na gestão pública; abordados os tipos de controles para, que haja um resultado satisfatório através de inventário e seu resultado. Foi contemplado análise da gestão patrimonial como eficiência pública demonstrando estrategicamente e trazendo resultados satisfatórios para a administração pública. “Os procedimentos metodológicos adotados consistiram numa pesquisa descritiva e bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos”. Os resultados da pesquisa indicam que, o uso da gestão patrimonial na gestão pública municipal do Recife, traz resultados satisfatórios e, a correta utilização e conservação dos ativos imobilizados; adicionalmente, apontou o uso da ferramenta do inventário, que é fundamental para trazer resultados no controle de bens e na eficiência da administrativa pública, resultando em menor gastos públicos. Com base nas análises e discussões apresentadas, considerou-se importante a gestão patrimonial como uma melhor administração dos bens públicos; um maior controle do inventário e por fim, como eficiência pública, administrar, acompanhar e controlar o acervo patrimonial público municipal de forma eficiente e eficaz.

Palavras-chave: Controle de bens; Gestão patrimonial; Eficiência.



## **ABSTRACT**

This research aims to elucidate the importance of asset management for the municipal public administration of Recife. To this end, research was conducted regarding the concept and importance of municipal public administration, in which it was sought to relate the types of control applied, as well as through an analysis of asset management as an efficiency factor. In this way, important points were researched: how to manage assets and their preservation, a greater asset control and its efficiency for public management. The literature review included discussions about the efficiency factor of the control of fixed assets in public management; approached the types of controls so that there is a satisfactory result through inventory and its result. It was contemplated analysis of asset management as public efficiency demonstrating strategically and bringing satisfactory results for public administration. "The methodological procedures adopted consisted of a descriptive and bibliographic research, through books, scientific articles. The results of the research indicate that, the use of asset management in the municipal public management of Recife, brings satisfactory results and, the correct use and conservation of fixed assets; additionally, it pointed out the use of the inventory tool, which is fundamental to bring results in the control of assets and in the efficiency of public administration, resulting in lower public spending. Based on the analyses and discussions presented, asset management was considered important as a better administration of public assets; a greater control of the inventory and finally, as public efficiency, to administer, monitor and control the municipal public assets in an efficient and effective way.

**Keywords:** Asset control; Asset management; Efficiency.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
3.1 GERAL .....	12
3.1.1 Específicos.....	12
<b>4 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>12</b>
4.1 GESTÃO PATRIMONIAL.....	12
4.1.1 Patrimônio.....	14
4.1.1.1 Controle Patrimonial.....	17
4.1.1.1.1 Análise da gestão patrimonial como eficiência pública .....	19
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>21</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>23</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a importância da gestão de patrimônio para a gestão pública municipal do Recife. A gestão de patrimônio controla os bens ativos permanentes, desde a sua chegada à organização pública até a sua destinação final. De modo que, para que haja uma boa gestão patrimonial é imprescindível gerir, acompanhar, controlar, analisar e destinar os bens patrimoniais de uma forma eficiente. Conforme Dos Barcellos et al. (2017, p.19) a gestão patrimonial compreende diversas atividades, entre elas a de tombamento, registro, guarda, controle, movimentação, preservação, baixa, incorporação e inventários dos bens.

Assim sendo, é possível ter uma análise mais assertiva na compra de novos bens, sejam eles móveis ou imóveis, obter o controle de depreciações, desgastes, manutenções e sua destinação adequada no que diz respeito à alienação e baixa. Além do mais, controlar os ativos da organização pública é gerir também os recursos, que estão cada vez mais escassos.

Portanto, a gestão de patrimônio ajuda não só administrar, mas também enxergar o impacto que o balanço patrimonial proporciona e reflete a situação financeira da entidade pública. Diante disso, pode-se destacar o inventário patrimonial, ferramenta importante para acompanhar e aferir a acuracidade dos bens. Por fim, para a consecução dos objetivos utilizou-se de pesquisas bibliográficas e descritivas com fundamentos nos assuntos relacionados a este estudo.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A gestão patrimonial de uma organização seja ela privada ou pública contribuirá em um planejamento orçamentário eficiente e organizado. Sendo assim, a presente pesquisa se justifica, pois, no contexto atual, com os inventários dos bens permanentes detalhados e controlados, haverá uma melhoria para os gestores públicos municipais, nas tomadas de decisões, evitando assim, compras desnecessárias de bens e seus desperdícios.

Desse modo, como resultado espera-se a mostrar a gestão patrimonial como eficiência de política pública, pois devido ao controle de recursos, pode-se aplicar o dinheiro em outros setores, principalmente investimentos em políticas públicas em outra área social.

Outro fator importante, devido os gestores públicos visarem muitas vezes só à questão financeira, mas deixando de lado a questão da responsabilidade com o bem público, e de realizar o cuidado geral de acordo com a legislação e diretrizes em vigor. Analisando estes fatores, procurou-se através de pesquisas, para que se possa demonstrar os resultados da eficiência e da importância de uma gestão patrimonial para a gestão pública municipal do Recife.

Por meio dessa contextualização, surge a seguinte pergunta: **Qual a importância da gestão de patrimônio, e se é fator de eficiência para manter o controle adequado dos bens ativos imobilizados para a gestão pública municipal do Recife?**

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 GERAL**

Analisar a importância da gestão de patrimônio, e se é fator de eficiência para manter o controle adequado dos bens ativos imobilizados, na gestão pública municipal de Recife.

##### **3.1.1 Específicos**

- Pesquisar o conceito de gestão de patrimônio e sua importância na administração pública municipal.
- Descrever quais tipos de controle, que poderão ser aplicados para manter os bens imobilizados dentro dos padrões da gestão pública municipal.
- Analisar a gestão patrimonial como eficiência na gestão pública municipal.

### **4 REVISÃO DA LITERATURA**

#### **4.1 GESTÃO PATRIMONIAL**

A pesquisa baseia-se na importância da gestão patrimonial como fator de eficiência mantendo o controle dos bens na gestão pública no município do Recife. Conforme diz Barcellos, Giancarlo, José, Neto (2017), as atividades de controle patrimonial estão previstas, inclusive, na legislação que rege a contabilidade pública brasileira. A lei nº 4.320, de 17 março de 1964, em seu Capítulo III “Da Contabilidade Patrimonial e Industrial”. Ainda neste sentido, Barcellos, Giancarlo, José, Neto (2017), comenta que a gestão de bens possui uma influência que tem a base para construir e manter uma estrutura das entidades, sejam elas públicas ou privadas. Assumpção (2012) faz o segundo comentário:

Portanto, observa-se que segundo o contido nas Resoluções 750/93 e 1.111/2007 o objeto da contabilidade é o patrimônio, sendo que o Patrimônio Público jamais poderá ser utilizado pelos gestores como se estes fossem os seus proprietários, tendo em vista que os bens públicos existem e tem destinação social e não individual. Assumpção (2012, p. 18).

Para uma boa gestão patrimonial, precisa-se de todos os envolvidos e empenho em diversas atribuições, para que tudo possa ocorrer dentro da excelência. Desse modo, coordenando o registro para controle de bens móveis e imóveis, acompanhar os bens permanentes para durabilidade da vida útil, acompanhar as baixas, transferências, as manutenções e inventários. Para Moraes (2021), faz o seguinte comentário, que a:

Gestão patrimônio permite controlar e gerar informações fundamentais sobre o ativo imobilizado, possibilitando saber qual é o patrimônio real da empresa, onde estão localizadas, as características principais, durabilidade, vida útil, total e remanescente dos bens. Permite ainda o controle do sistema integrado de administração de pessoal, o registro de alterações cadastrais nos bens e a geração dos registros do sped fiscal. Com advento da Lei 11.638/07, CPC 01 e CPC 27, a gestão patrimonial não é apenas mais uma obrigação burocrática de controlar os bens do ativo imobilizado, é de responsabilidade da instituição, assegurar a veracidade das informações sobre os ativos e a situação contábil da administração pública. (DE MORAES, 2021, p. 605 - 606).

Administrar o patrimônio público é de difícil atividade, sendo preciso uma gestão patrimonial eficiente para um maior controle deste acervo patrimonial público. Assim sendo, Lima e da Silva (2021), argumentam que a gestão patrimonial é um tema que há muito pouco tempo vem sendo tratado pela Administração Pública. O olhar dos gestores públicos sempre foi muito mais voltado para as questões de cunho orçamentário e financeiro do que para as questões relacionadas ao patrimônio público, estas sempre foram deixadas em segundo plano.

Além do mais, o patrimônio como objeto da gestão patrimonial, desempenhada pela administração pública, em busca de uma gestão eficiente e

eficaz. Deste modo, com um bom gerenciamento, é possível monitorar a durabilidade desses bens e avaliar as condições do patrimônio da Instituição. De acordo com Robles (2016):

A gestão dos recursos patrimoniais compreende o registro e controle e, para tanto, todos os bens da empresa são classificados e codificados de forma padronizada por numeração. Essa codificação servirá de base para a gestão e controle dos inventários e com o avanço e barateamento dos sistemas de informação. (ROBLES, 2016, P. 14).

Desse modo, o procedimento da gestão patrimonial possui as ações fundamentais quanto ao adquirir bens, receber, preservar e seu destino. O que se difere em relação aos outros materiais de uso, é a sua movimentação e acompanhamento, devido às suas características, pois os bens ativos imobilizados móveis, quando de posse de seus utilizadores, precisam ser controlados e acompanhados até sua utilização de vida final, ou seja, se tornem inservíveis, obsoletos ou danificados. Tavernezi (2020) é necessário revisar as vidas úteis para contabilizar a depreciação, amortização, e obsolescência do ativo.

#### 4.1.1 Patrimônio

O patrimônio é o que transcende de uma forma mais importante para a organização, seja ela pública ou privada. Portanto, o conjunto de bens, direitos e obrigações são algumas definições. Ainda nesse sentido, os bens são partes importantes da organização. Segundo Ludicibus (2021, p. 79) na Contabilidade, o objeto é sempre o Patrimônio de uma Entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas ou uma Sociedade.

O patrimônio, no sentido de propriedade econômico-financeira da pessoa física ou jurídica, é o valor do conjunto de bens físicos tais como dinheiro, joias, obras de arte, móveis, imóveis, veículos, máquinas, ferramentas etc. e direitos tais como títulos e contas a receber,

aplicações financeiras etc. RIBEIRO, Osiris M.; LACOMBE, Francisco José M. (2013, p.12).

No sentido mais amplo, voltado numa visão da contabilidade e financeira, Robles (2016) faz o segundo comentário, que o patrimônio é valorado como a diferença entre Ativos e Passivos, sendo os ativos classificados em imobilizados, realizáveis em longo prazo, realizáveis em curto prazo e disponíveis. A seguir alguns termos e definições:

- Patrimônio público - “ É conjunto de bens, valores, créditos e obrigações de conteúdo econômico e avaliável em moeda que a Fazenda Pública possui e utiliza na consecução dos seus objetivos”, com a finalidade de servir de meios ao atendimento imediato ou mediato do interesse público. Lellis (2022, p. 23).
- Bens móveis públicos – aqueles bens que pertencem a entes estatais, que são usados aos meios de interesse público. Lellis (2022).
- Bens móveis – aqueles bens que podem ser removíveis sem perder características físicas nas suas estruturas.
- Bens imóveis – aqueles não podem ser deslocados de seu lugar. Exemplo: terrenos, edifícios, etc. Dos suto, Fernanda R.; REIS, Anna Carolina Gomes; GIACOMELLI, Cinthia Louzada F; et al. (2021).
- Material permanente – é aquele que em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e / ou tem durabilidade superior a dois anos. (BRASIL, 2002).
- Material de consumo – é aquele que em razão de seu uso corrente, perde sua característica física, tendo sua durabilidade inferior a dois anos. (BRASIL, 2002).



- Vida útil – é o período estimado, durante o qual um bem móvel estará em condições de uso. É determinado pela taxa anual de depreciação (Pará, 2008, p.61).
- Tombamento – é o procedimento que realiza a etiquetagem no bem para identificação, depois de realizar o ato administrativo de tombamento dos bens permanentes da organização.
- Comodato – é a utilização de um bem por tempo determinado, sem custo financeiro, de uma organização para outra, ficando no acervo patrimonial até sua devolução, quando terminar o contrato acordado entre as partes.
- Transferência de bens – é a movimentação de bens entre os setores da mesma unidade ou entre unidades externas de um mesmo órgão ou organização. E posteriormente atualização sistematicamente após a transferência física.
- Baixa – é procedimento de retirada do acervo patrimonial, seguindo o trâmite da baixa contábil do ativo permanente imobilizado da organização.
- Alienação – é a transferências de bens para uma terceira pessoa, em forma de doação, vendas, permuta, e outros demais.
- Depreciação – é a redução do valor do bem, devido alguns fatores, uso, desgaste natural e demais fatores que ajudam em depreciar. Segue as taxas da Receita Federal para possa reduzindo os seus valores históricos.
- Bens inservíveis – é a situação em que o bem, estar sem condições de uso, devido a estarem danificados, obsoletos, ou em desuso devido ao tempo.
- Sinistro de bens – é aquele bem que que foi destruído ou danificado, devido algum incidente, seja ele por inundação, incêndio ou outras causas.

- Extravio de bens – é aquele bem que foi extraviado, não encontrando na dependência do órgão.
- Plaqueta de bens - são chapas que são colocadas nos bens, identificam suas numerações e nomenclatura.
- Inventário - é o procedimento que gera o documento, com o desígnio de conferir a quantidade física de todos os bens ativos imobilizados móveis, existentes nos órgãos / setores.

#### 4.1.1.1 Controle Patrimonial

O controle patrimonial é uma ferramenta de grande importância, através deste procedimento permite ao gestor público municipal, obter informações atualizadas e relatórios fidedignos patrimoniais, garantindo assim, para a conferência dos bens fisicamente versus sistematicamente. Segundo (KUMMER, 2011, p.17) a administração dos recursos patrimoniais trata da sequência de operações que vão desde a identificação dos fornecedores, passando pela compra e recebimento do bem, para depois lidar com sua conservação, manutenção e, quando for o caso, de sua alienação.

Cabe a cada empresa definir quais controles devem ser implementados, sempre de acordo com a cultura e as políticas organizacionais. Atente ainda ao seguinte: os controles não devem ser fixos; eles devem ser sempre revisados e aprimorados. Existem diversas formas de controle, e a seguir você vai conhecer algumas delas. DOS SOUTO, Fernanda R.; REIS, Anna Carolina Gomes; GIACOMELLI, Cinthia Louzada F.; et al. (2012, p. 201).

Além do mais, este gerenciamento através da atualização periódica do patrimônio, traz resultados significativos em relação aos fatores econômicos, pois serão registrados por meio de demonstrações contábeis. Segundo Tavernezi (2020) o controle patrimonial passa por alguns ciclos, ou seja, o inventário do patrimônio, a avaliação dos ativos, a revisão de vida útil, a determinação de taxa de depreciação e o teste de recuperabilidade. Para Popiolski (2019) faz a seguinte observação:

Contudo, acredita-se que o processo sempre pode ser melhorado, considerando que deva ser avaliado um fator maior de inconsistências, dentre elas localização física de todos os bens patrimoniais da unidade de controle patrimonial, identificação de bens permanentes eventualmente não tombados, identificação de bens patrimoniais que eventualmente não possam ser localizados e a identificação dos bens pertencentes a outros setores e coordenações que ainda não foram transferidos para este atualizando o controle patrimonial. (POPIOLSKI, 2019, p.13).

Os tipos de controle de bens são importantes, pois nesta etapa existem a verificação e a constatação sobre o estado de conservação, a quantidade física x sistêmica, extravio, sinistro, avaria e mau uso dos bens. O controle pode ser realizado através do inventário físico que ajuda no acompanhamento dos ativos imobilizados. (PAOLESCHI, 2008, p.16) Faz o comentário, que “a empresa a realizar o balanço físico anual terá que fazer um inventário anual conforme determina a lei, demonstrando aos fiscais ou órgão responsáveis o real valor desse patrimônio”.

Desse modo, também é possível controlar, analisar e checar os bens patrimoniais, mantendo a durabilidade, através de reparos, manutenções, sejam elas, preventivas e corretivas. Nesse pensamento, para que se alcance a proteção dos bens imobilizados é interessante a prática da operação da manutenção, conforme os tipos de bens, para que se possa conseguir a durabilidade. Existem dois tipos de inventário: Rotativo e Periódico. O inventário rotativo é um modo que se faz a contagem contínua dos bens, portanto ele ocorre em um período pré-determinado pela organização. Na organização pública a realização do inventário é de forma obrigatória, de acordo com a legislação e com o objetivo de manter atualizados os registros de bens patrimoniais, Alves (2018). Fenilli (2015), comenta sobre o inventário:

No inventário rotativo, estamos permanentemente contando os itens. O método consiste no levantamento rotativo, contínuo e seletivo dos materiais existentes em estoque ou daqueles permanentes distribuídos para uso. Sua vantagem é que não implica a necessidade de paralisação das atividades da organização, elaborando-se um

cronograma de trabalho (de acordo com os interesses da empresa) que abranja todos os itens dentro de um período fiscal.

A informação do inventário periódico normalmente acontece nos períodos semestrais ou anuais. Entretanto, devido algum ponto importante, poderá ocorrer sem uma data prevista, ou seja, a qualquer momento que a organização desejar. Portanto, (FENILLI, 2015, p.148), diz que:

No inventário periódico (ou geral/anual), efetua-se a contagem de todos os itens em determinados períodos. Quando essa rotina é realizada no encerramento do exercício fiscal (o que é comum), o inventário é também chamado de geral. As informações coletadas no inventário físico são compiladas no inventário analítico, figurando a perfeita caracterização do material, por meio de dados como descrição padronizada, número de registro patrimonial, valor, estado, local de uso etc.

Sendo assim, o inventário patrimonial ajuda a instituição a acompanhar e rastrear os seus devidos bens, que são os seus recursos, ativos permanentes, para que possa ter uma visão estratégica de acordo com os objetivos. Além do mais, através deste acompanhamento, é possível verificar as necessidades de reparos, preventivos e corretivos, para que os bens móveis tenham uma maior durabilidade.

Desse modo, (JANEIRO, 2013) argumenta que através do inventário pode-se confirmar a localização e atribuição da carga de cada material permanente, permitindo a atualização dos registros dos bens permanentes bem como o levantamento da situação dos equipamentos e materiais em uso, apurando a ocorrência de dano, extravio ou qualquer outra irregularidade.

#### 4.1.1.1.1 Análise da gestão patrimonial como eficiência pública

A gestão patrimonial é o modelo que através da administração, cuida, controla, registra e acompanha o patrimônio da organização. Para (RAZZOLINI, 2013), no entendimento da contabilidade, o patrimônio da organização é a soma dos direitos, bens e outros, que os sócios e também os fornecedores, colocam para liberação do uso. Através de uma gestão eficiente, onde administrar os bens

públicos após a sua aquisição, acompanhando sua incorporação ao ativo permanente, até que possa chegar ao destino final.

Desse modo, ao gestor patrimonial, precisa acompanhar o andamento da vida útil do bem permanente ativo imobilizado, orientar os demais servidores dos cuidados dos bens, fazendo uso e respeitando a sua conservação, demandar os inventários e sua correta conferência do acervo da Entidade.

A abrangência e a dinâmica da Gestão Pública e em especial a Gestão Patrimonial. Entretanto, pode-se constatar a importância de uma boa gestão do patrimônio no contexto das organizações e a urgente transformação que deve merecer, para melhor utilizar os recursos. Somente em isto acontecendo, é que poder-se-á esperar que dos 3 milhões de imóveis da União todos sejam conhecidos, como também, quando de um inventário dos móveis e equipamentos de uma organização, todos eles estejam presentes. (DELÁZARO FILHO, 1999, p. 91).

Cabe ressaltar, que a gestão pública precisa dar satisfações diante a sociedade, no intuito de atender ao seu fim comum, ou seja, prestar serviços à coletividade. Segundo Carvalho (2019, p.4) a gestão patrimonial tem procedimentos administrativos básicos de aquisição, recebimento, guarda e distribuição semelhantes aos de outros materiais, diferindo apenas das atividades de movimentação e acompanhamento do uso dos bens patrimoniais. Administrar esses bens é de suma importância para a gestão pública municipal, para manter atualizados os ativos imobilizados. Ainda neste sentido, Kummer (2011) define que:

A administração dos recursos patrimoniais trata da sequência de operações que vão desde a identificação dos fornecedores, passando pela compra e recebimento do bem, para depois lidar com sua conservação, manutenção e, quando for o caso, de sua alienação. (KUMMER, 2011, p.17).

Como diferencial numa organização, a gestão patrimonial não é só importante para controlar os bens da empresa, segundo (Cardoso, De Araújo, Da Silva, e Costa da Silva, 2015), a gestão de bens materiais e patrimoniais pode ser realizada de forma mais racional, gerando ganhos de produtividade, maior

capacidade de controle dos resultados, melhorando a qualidade das decisões do empreendimento e, conseqüentemente, os resultados operacionais e financeiros.

Conforme comentário, Matias (2015, p.111 apud Lima & da Silva, 2021, p.119) que “para aperfeiçoar a gestão patrimonial é necessário disciplinar e uniformizar procedimentos através de processos bem definidos”. Agindo assim, segundo o autor, atinge-se a transparência do controle dos bens e eficiência nestes controles.

Portanto, agir como fator importante e estratégico, buscando e conseguindo vantagens que podem ser cruciais nos resultados, ou seja, orçamentários, custos, investimentos, informações atualizadas patrimoniais, desperdícios e a credibilidade positiva perante a sociedade. Sendo assim, para comprar bens e outros materiais é preciso ter uma gestão eficiente com os conhecimentos dos ativos da organização pública. Pozzo (2010, p.151) fala sobre a importância do suprimento, é garantir à empresa a plena satisfação de suas exigências de materiais e produtos, bem como máquinas, equipamentos e insumos necessários à sua operacionalidade.

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa tem como finalidade a realização de um estudo demonstrando a análise da importância da gestão de patrimônio como fator de eficiência para manter o controle adequado dos bens ativos imobilizados para a gestão pública municipal do Recife.

De modo que, o objetivo da pesquisa utilizada será a descritiva, pois serão abordados os assuntos teóricos, através de livros, artigos e trabalhos acadêmicos do assunto escolhido. Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A abordagem usada será a qualitativa, possuindo técnicas de coletas através de pesquisa de arquivos e fontes documental. Para Gil (2008), a manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética;

não há uma única maneira de fazê-la. Embora se reconheça a importância de um arcabouço metodológico sólido, não se pode dispensar a criatividade do pesquisador. Cabe-lhe muitas vezes desenvolver a sua própria metodologia. Entretanto, mesmo que existem vários métodos para analisar os dados, o intuito nesta fonte de pesquisa qualitativa será na análise textual.

O enfoque qualitativo é selecionado quando buscamos compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre os fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados, isto é, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade. Também é recomendável selecionar o enfoque qualitativo quando o tema do estudo foi pouco explorado, ou que não tenha sido realizada pesquisa sobre ele em algum grupo social específico. O processo qualitativo começa com a ideia de pesquisa. (SAMPIERI, 2013, p. 376).

Marconi e Lakatos (2010) comentam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Para Matias Pereira (2016):

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (MATIAS-PEREIRA, 2016, p. 90).

A pesquisa aplicada, segundo Barros (2000, p. 78 apud SCHEDLER et al., 2017, p.10) “[...] é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para a aplicação imediata dos resultados. Contribui para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”.

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizaram pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

Andrade (2010) comenta que através da pesquisa, no laboratório ou de campo, acarreta-se uma pesquisa bibliográfica preliminar. Desse modo, numa pesquisa exploratória, na definição de um tema ou até pesquisa, ela torna-se obrigatória. Segundo Costa, Marco e Costa, Maria (2015), a revisão de Literatura é a base de sustentação teórica de um trabalho bibliográfico.

## **6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Como foi ilustrado através da pesquisa na revisão da literatura, o conceito é de suma importância para a gestão patrimonial e administração pública. Mesmo se houvesse uma visão da administração pública mais voltada para questões orçamentária e financeira. Desse modo, Lima & Silva (2021) foi enfático ao argumentar, que as questões patrimoniais eram deixadas para trás, deixando as decisões por último.

Entretanto, para que se possa ter um controle maior, a Legislação dita as diretrizes determinando quais as obrigações dos servidores diante dos bens públicos, deste modo que, quem não cumprir a lei, haverá punições. Além do mais, independentemente de seguir as leis para cumprimento das regras, os gestores e usuários destes bens, precisam entender que os recursos estão cada vez mais escassos, sendo preciso manter uma durabilidade maior destes bens



e sua manutenção. Oliveira e Silveira (2002) demonstra da responsabilidade de administrar o bem público, preservando-o para uso do cidadão e coletivamente.

Todavia, Barcellos, Giancarlo, José, Neto (2017), deixam claro que a gestão patrimonial, além de realizar e oferecer informações para as tomadas das decisões, serve de base de transparência para atender aos clientes internos e externos.

Em conseguinte, através das pesquisas bibliográficas, percebeu-se que fazer uso dos controles trazem benefícios para a gestão patrimonial. Kummer (2017), mostra uma visão sistêmica e operacional desde a aquisição dos bens patrimoniais até a sua alienação. Tavernezi (2020) trouxe o ciclo deste controle patrimonial, demonstrando-o quais tipos servirão para um controle patrimonial, dentre este, o inventário, que determina a conferência e a efetividade destes bens patrimoniais.

Não obstante a isso, Popiolski (2019) frisou que todo processo de conferência pode ser melhorado, pois se houver divergências no ato da contagem, pode ser dirimida e resolvida durante a operação e constatação do fato. Paoleschi (2008) trouxe que além dos benefícios da conferência física, a prática também ajuda na durabilidade dos bens ativos permanentes, pois é possível acompanhar os reparos e manutenções, com práticas corretivas.

Seguidamente, Fenilli (2015), mostrou os tipos de inventários e sua importância, no caso, o rotativo e o periódico. Argumentou que o tipo rotativo é elaborado com a empresa e seus interesses. Por sua vez, o inventário periódico, que ocorre semestralmente e anualmente, traz a realidade da quantidade, descrição, estado e sua localização.

Por fim, o último resultado objetivo específico trazido através da pesquisa em questão, foi destacado a análise da gestão patrimonial como eficiência pública. Neste sentido, Razzolini (2013), afirma que uma gestão eficiente é administrar os bens públicos, acompanhar e controlar sua incorporação até o cliente final interno. Assim como Fernandes (2019), afirmou que administrar esses bens ativos imobilizados é uma forma eficiente dentro da importância para

a gestão pública municipal. Ademais, como diferencial da eficiência, Cardoso, De Araújo, Da Silva, e Costa da Silva (2015), comentou que o resultado não é só controlar os bens, mas trazer resultados no ganho da produtividade, resultados operacionais e controle de gastos públicos.

As entradas e controle dos bens móveis nos órgãos públicos, são realizadas muitas vezes, conforme uma previsão de orçamento público, através de aquisições em Licitações determinadas por Lei. Em relação ao contexto geral e para enriquecer os argumentos nesta pesquisa, complemento com outros autores, reforçando os resultados encontrados.

Cavalcante (2015), justifica que toda administração patrimonial é guiada por variadas metodologias administrativas que possa controlar e padronizar eficientemente os bens patrimoniais.

Gestão patrimonial pública, via de regra, enfatiza a gestão dos bens (parte do conceito contábil) sejam eles móveis, imóveis ou intangíveis. Logo, o patrimônio público é entendido como o conjunto de bens móveis, imóveis e intangíveis de propriedade estatal ou que estejam sob sua responsabilidade. Martins, Mônica Maria Echeverria, et al (2013, p. 5-6).

O autor Gurgel 2013, sintetiza “ A existência e o uso contínuo dos bens refletidos pelo registro detalhado devem ser conferidos periodicamente por meio de um programa detalhado de inventários físicos” .

De acordo com o cenário apresentado, é preciso gerenciar todos os bens ativos mobilizados dentro da organização pública, fazendo com que o controle, manutenção e acompanhamento destes bens seja de fundamental importância.

Sendo assim, a presente pesquisa mostrou-se da importância da gestão de patrimônio como fator de eficiência, corroborando com o controle adequado e padronizado dos bens permanentes ativos imobilizados na gestão pública municipal do Recife.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa foi realizada com intuito de analisar a importância da gestão patrimonial como fator de eficiência para manter o controle adequado dos bens ativos imobilizados, na gestão pública municipal do Recife. Nesse sentido, as propostas dos objetivos específicos, buscou aprofundar e fundamentar o resultado da pesquisa.

Com a abordagem da revisão da literatura, a qual demonstrou a importância do conceito da gestão patrimonial, propondo o conhecimento na parte teórica para poder administrar de forma eficiente e eficaz. De modo que, por meio da pesquisa viu-se o resultado de gestão, o monitoramento e a durabilidade dos bens, redução de custos com as manutenções e depreciações.

Através do controle patrimonial mostrou-se, que o resultado trouxe uma maior credibilidade e segurança através destas informações atualizadas. Além do mais, com os tipos de controle pesquisados foram observados que melhoram a situação dos bens ativos permanentes, justificando o estado de conservação e o resultado das conferências físicas, podendo comparar com sistemas tecnológicos.

Conforme pesquisa, ainda comprovou o devido estudo, com os tipos de inventários, rotativo e periódico, que ajudam no acompanhamento das situações dos bens, tanto por determinado período e de forma mais específica, como a conferência geral. Sendo comprovado conforme a pesquisa, da importância do controle de bens para a organização, que o uso adequado do acompanhamento, a classificação e os menores gastos públicos.

Por fim, foi analisado que a gestão patrimonial, que não é só importante na administração dos bens ativos permanentes, mas também na sua eficiência na área pública, como também como decisão na gestão estratégicas da organização, trazendo como fator preponderante o diferencial do controle de gastos públicos e uma melhor entrega destes bens para uso da sociedade em geral.

A realização da pesquisa foi fundamental para obter conhecimentos na área mencionada, além de proporcionar aos gestores públicos ou privados o uso de uma gestão patrimonial bem estruturada, consciente e com comprometimento organizacional. Como também, possa contribuir para o debate sobre a eficiência de uma gestão patrimonial em organizações públicas, em busca do aprimoramento e cuidado do controle do acervo patrimonial, oferecendo um melhor serviço à sociedade.

Entretanto, não se encerra aqui, devido a tamanha importância para as organizações públicas ou privadas, sugere ademais continuidade ou aprofundamento de pesquisas sobre o tema em questão.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- BARCELLOS, Bruno Maldonado et al. **Gestão Patrimonial e Logística no setor Público**. Porto Alegre, São Paulo: Sagah Educação S.A, 2017. 234 p. Disponível em <https://viewer.biblioteca.brincar.com/viewer/9788595021662/234>. Acesso em: 12 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002. Divulga o detalhamento das naturezas das despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 set. 2002. Disponível em: 85 <[http://mte.gov.br/legislacao/portarias/2002/p\\_20050913\\_448.pdf](http://mte.gov.br/legislacao/portarias/2002/p_20050913_448.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- CARDOSO, B. D., De Araújo, G. C., Da Silva, R. C., e Costa da Silva, M. A. (2015). **Comprometimento organizacional e Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais em um Empreendimento Econômico Solidário: Um estudo em uma Cooperativa de Reciclagem**. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, 1-28.
- CAVALCANTE, Luis Felipe de O. **Administração Patrimonial**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. 9788522123506. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123506/>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- COSTA, Marco Antônio F. da e COSTA, Maria de Fátima Barrozo da, **Projeto de Pesquisa: entende e faça** / 6. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- DE MORAES, Renato Alencar. A GESTÃO PATRIMONIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 4, p. 604-622, 2021.
- DELÁZARO FILHO, José. **Análise da gestão patrimonial de empresa pública**. 1999. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3162/Rel30-1999.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- DOS BARCELLOS, Bruno M.; SANTOS, Elionai José; GIACOMELLI, Giancarlo; et al. **Gestão patrimonial e logística no setor público**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. 9788595021662. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021662/>. Acesso em: 03 ago. 2022.
- DOS SOUTO, Fernanda R.; REIS, Anna Carolina Gomes; GIACOMELLI, Cinthia Louzada F.; et al. **Registro de Imóveis e Gestão Patrimonial**. Porto Alegre: Grupo A, 2021. 9786556901596. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901596/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FENILI, Renato Ribeiro, **Gestão de materiais** //; revisor Ciro Campos Christo Fernandes. -- Brasília: ENAP, 2015.

FERNANDES, Elizabeth Carvalho; MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora  
Abranches. Análise do Controle Patrimonial de Bens Permanentes em uma  
Organização Pública. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 4,  
2019

GIL, Antônio Carlos **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas,  
2002.

GIL, Antônio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos  
Gil. - 6. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, Floriano do A.; FRANCISCHINI, Paulino G. **Administração dos  
materiais e do Patrimônio**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013.  
9788522129393. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522129393/>. Acesso em:  
06 mai. 2022.

IUDICIBUS, Sérgio D. **Teoria da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Grupo GEN,  
2021. E-book. ISBN 9788597028041. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028041/>. Acesso em:  
25 set. 2022.

JANEIRO, R. d. (30 de outubro de 2010). **Manual de Gestão Patrimonial na  
Administração Pública Municipal**. Instrução Normativa CGM nº 004/2013.  
Santa Maria Madalena, Rio de Janeiro, Brasil.

KUMMER, Mauro José (ed.). **Patrimônio Público, Materiais e Logística**.  
Curitiba: E- Tec Brasil -Instituto Federal do Paraná - Educação a Distância,  
2011. 111 p.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de  
pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e  
técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.  
ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LELLIS, Antônio Cesar Regis. **Gestão Patrimonial e Almoxarifado**. Disponível  
em:[https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/legislacao/publicacoes/CESAR-  
LELLIS-APOSTILA-PATRIM.-ALMOX-2ed.2009.pdf](https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/legislacao/publicacoes/CESAR-LELLIS-APOSTILA-PATRIM.-ALMOX-2ed.2009.pdf). Acesso em: 02 jul. 2022.

LIMA, R. C., & da Silva, A. W. (2021). **Gestão Patrimonial em Instituições  
Federais de Ensino**. Mundi Sociais e Humanidades, 110-140.

MARTINS, Mônica Maria Echeverria et al. **Novo modelo de gestão  
patrimonial do estado de Pernambuco: o controle dos bens públicos à luz  
das novas normas brasileiras de contabilidade** (NBCASP). 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa  
Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. 9788597008821. E-book. Disponível  
em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso  
em: 15 mai. 2022.

PAOLESCHI, BRUNO: **logística Industrial Integrada**. São Paulo, Editora: Érica, 2008

Pará. Secretaria de Estado de Administração. Diretoria de Gestão do Patrimônio do Estado. **Manual de Gestão do Patrimônio Mobiliário do Estado**. Belém: SEAD, 2008.

POPIOLSKI, F. M. (16 de maio de 2019). **A importância do controle patrimonial através do inventário nas Instituições públicas para a asseguaração da eficiência dos serviços públicos**. Acesso em 21 de novembro de 2021, disponível em repositório.ifsc.edu.br: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/778?s how=full>.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Uma abordagem logística**. 5º edição. São Paulo: Atlas, 2010.

RAZZOLINI, Filho Edelvino. **Administração de material e patrimônio / Edelvino Razzolini Filho**. - 1. ed., ver.- Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2013.

RIBEIRO, Osiris M.; LACOMBE, Francisco José M. **Gestão e Controle do Patrimônio - A Contabilidade Prática - 1ª edição**. São Paulo. Editora Saraiva, 2013. 9788502199798. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502199798/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

ROBLES, Léo Tadeu **Gestão patrimonial e logística / Léo Tadeu Robles**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del Pilar B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre, RS: Grupo A, 2013. 9788565848367. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 21 mai. 2022.

SCHEDLER, Marcelo Francisco et al. **Uma análise do processo no Senai - Lajeado/RS: Avaliação de desempenho**. 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1493/1/2014MarceloFranciscoSchedler.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

TAVERNEZI, Ana Paula **A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE PATRIMONIAL DO SETOR PÚBLICO**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXII, Nº.000196, 24/06/2020. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-do-controle-patrimonial-do-setor-publico> Acessado em: 19/03/2022.